



CONCURSO PÚBLICO
Edital n. 01/2008-CMBH

CONSULTOR LEGISLATIVO ÁREA – MEIO AMBIENTE Código 105

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DESTE CADERNO.
Elas fazem parte da sua prova.

Este caderno contém a **Prova Objetiva** abrangendo **Língua Portuguesa, Conhecimentos Específicos e Noções de Direito Público.**

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
- assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- **use apenas caneta esferográfica azul ou preta**;

• preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;

- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital n. 01/2008-CMBH, “Será eliminado deste concurso público o candidato que [...] **portar arma** no local [...], **portar – mesmo que desligados** – ou fizer uso de quaisquer equipamentos eletrônicos [...] tais como relógio digital [...], **telefone celular**, [...] ou outros similares [...]” (subitem 7.16, alíneas “e” e “f”).

O TEMPO TOTAL DE DURAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E ABERTA É DE 5 (CINCO) HORAS INCLUINDO O PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS E A TRANSCRIÇÃO DE RASCUNHO, SE HOVER.

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **50 (cinquenta) questões objetivas sendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos Específicos e 10 (dez) questões de Noções de Direito Público** —, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas**, das quais apenas **uma** responde corretamente ao que é solicitado em cada questão.

Havendo algum problema, informe-o ***imediatamente*** ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, ***não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.***

Língua Portuguesa

INSTRUÇÃO: As questões de 1 a 15 relacionam-se com o texto abaixo. Leia-o com atenção antes de responder a elas.

Constituição – 20 anos

A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas. Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores. “A Assembléia Constituinte era
5 composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil”, lembra Bernardo Cabral, relator-geral da Constituição. Alguns impasses eram insolúveis, como provam os diversos temas consagrados no texto, mas deixados à espera de uma lei complementar. Até hoje há dezenas de
10 artigos que aguardam regulamentação. Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira. Dois méritos se agigantam quando se fala da Constituição de 88. Assim que foi promulgada, ela se tornou um símbolo. Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática. Como na primeira hora, a Carta preserva
15 essa força simbólica. Acima de tudo, ela deu ao país instituições funcionais, verdadeiras máquinas de resolver conflitos sem rupturas políticas dramáticas e paralisantes, e, fazendo isso, proporcionou ao Brasil um caminho trilhável para o futuro. Não é pouca coisa.

As luzes da democracia só chegaram ao país em 1891, um século após
20 nascer na Europa e nos Estados Unidos. No século passado, o Brasil conheceu apenas lampejos democráticos, intercalados com as longas sombras dos períodos autoritários. Antes da Carta de 88, foram quatro constituições e duas ditaduras — a de Getúlio Vargas e a dos militares. A cada terremoto institucional, seguia-se uma nova Constituição.

Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque
25 ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável. Ainda assim, a nova certidão de nascimento contém falhas congênitas. Um dos maiores estudiosos da história dos governos, o inglês S.E. Finer definiu desta forma as constituições: “Elas são códigos de normas
30 que pretendem regular a distribuição de poderes, funções e deveres entre as várias agências do governo e definir as relações entre eles e o povo”. Aí se encontra, por assim dizer, o mínimo denominador comum de um texto constitucional, preocupado em separar os poderes, organizar o funcionamento do estado e garantir os direitos individuais dos cidadãos. A Carta brasileira não se contentou com as nobres
35 funções definidas por Finer e, seguindo uma tendência das constituições no século XX, encantou-se com o dirigismo econômico a ponto de ameaçar o funcionamento da atividade produtiva.

É notório o detalhismo da Carta de 88. Quando se examinam os artigos que ficaram de fora do texto final, nota-se a disposição dos constituintes para o detalhe.

40 Um artigo suprimido estabelecia, por exemplo, que “homens e mulheres teriam direitos iguais, excetuando-se os períodos de menstruação”. Dois deles, que ficaram na redação definitiva, citam a Ordem dos Advogados do Brasil, o que faz dela, talvez, como observou o constituinte Roberto Campos, o único “clube de profissionais” a eternizar-se em um texto constitucional. O detalhismo foi uma
45 opção dos constituintes baseada no que acreditavam ser sua mais nobre missão, como explica o constitucionalista Oscar Vilhena, da Universidade de São Paulo: “Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na
50 Constituição”.

Paradoxalmente, a Carta de 88 perpetuou a concentração do poder no Executivo, dando continuidade a uma tradição que remonta ao império. O governo federal se manteve senhor absoluto da chave do cofre, de modo que o grosso dos tributos pagos pelo contribuinte continuou fazendo uma escala nos cofres da União
55 para só então ser distribuído, ao alvitre do poder central, aos estados e municípios. Qual seria a alternativa? Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo. A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou
60 um meio de legislar sobre qualquer assunto. Diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp: “O modelo aprovado pelos constituintes resultou numa concentração ainda mais aguda de poderes do governo central, o que causa um desequilíbrio na harmonia do sistema democrático. Esse presidencialismo imperial levou ao
65 enfraquecimento do Congresso e do sistema partidário”.

Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88. O mais agudo deles foi o processo de ‘impeachment’ do presidente Collor, todo ele conduzido dentro da legalidade do Congresso. Nos crimes de corrupção que se seguiram, seja no governo Fernando
70 Henrique Cardoso, seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova
75 Carta: “Ela tornará o Brasil ingovernável”, disse Sarney. Ele se baseava na avaliação — acertada — de que os dispositivos econômicos da Constituição embutiam enormes desequilíbrios. As emendas salvaram-na do vaticínio de Sarney. O presidente da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou uma cadeia de rádio e TV para reafirmar suas convicções: “Será a
80 Constituição Cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo”. Ulysses tinha certeza de ter produzido uma Constituição com “cheiro de amanhã, não de mofo”. À sua maneira, tanto Sarney quanto Ulysses estavam certos. A Carta de 88 refletiu a hegemonia da sociedade civil e dos princípios democráticos. Seria, portanto, uma
85 redução ociosa classificá-la como boa ou ruim. Ela veio a ser funcional no terreno da política e na arquitetura social — e, graças às dezenas de emendas que recebeu nessas duas décadas, foi se tornando menos pesada na economia. É a cara do Brasil.

Veja, 8/10/2008, texto adaptado.

Questão 1

A alternativa que **NÃO** contém um desdobramento apresentado no texto como ponto negativo da Constituição é

- A) debilitação dos partidos políticos.
- B) excesso de pormenores, com o objetivo, entre outros, de se controlar a atividade econômica.
- C) generosidade em relação aos direitos sociais, tornando a gestão pública quase inviável.
- D) restrição das prerrogativas da Câmara e do Senado, no que diz respeito à atividade legiferante, como decorrência da hipertrofia do Executivo.

Questão 2

O texto apresenta os constituintes de 88 como

- A) corporativistas, marcados pela carência de princípios éticos.
- B) idealistas, caracterizados pela heterogeneidade e pela profusão de interesses.
- C) inconseqüentes, eivados pelo temor decorrente da repressão do período ditatorial.
- D) sérios e responsáveis, identificados pela capacidade de aquiescer e fazer concessões diante de impasses.

Questão 3

Assinale a alternativa que apresenta uma assertiva que **NÃO** condiz com as idéias expressas no texto.

- A) A aprovação de emendas à Constituição resgatou, de alguma forma, a governabilidade do Brasil.
- B) A inclusão na Carta do dispositivo que trata da OAB se justifica pelo fato de ser a mais reconhecida entidade de classe de defesa dos direitos sociais e humanos.
- C) Num regime ideal, haveria maior desconcentração de poder, inclusive no que se refere à repartição de recursos públicos.
- D) O *impeachment* de Collor representou um teste, um momento institucional em que foram respeitados os princípios democráticos implantados com a Constituição de 1988.

Questão 4

O texto vincula os temas cuja regulamentação depende de lei complementar

- A) à necessidade de detalhamento, impertinente numa Constituição.
- B) à ausência de acordo, conseqüência da diversidade de percepções e interesses.
- C) à prioridade para os temas mais instigantes e prementes.
- D) ao fato de não abordarem temas alheios a uma Constituição.

Questão 5

“Será a Constituição Cidadã porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros.”
(linhas 79-80)

Assinale a alternativa em que a substituição do termo sublinhado pelo pronome correspondente está **CORRETA**.

- A) Será a Constituição Cidadã porque os recuperará como cidadãos.
- B) Será a Constituição Cidadã porque recuperá-los-á como cidadãos.
- C) Será a Constituição Cidadã porque lhes recuperará como cidadãos.
- D) Será a Constituição Cidadã porque recuperar-lhes-á como cidadãos.

Questão 6

“A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação.” (linhas 1-2)

Assinale a redação que **NÃO** é admitida pela norma culta.

- A) Completaram-se vinte anos desde a promulgação da Constituição.
- B) Faz vinte anos que a Constituição foi promulgada.
- C) Promulgou-se, há vinte anos, a Constituição.
- D) Tem vinte anos que a Constituição foi promulgada.

Questão 7

Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta: “Ela tornará o Brasil ingovernável”, disse Sarney.

Mantendo-se o contexto e preservando-se o significado, a estrutura sublinhada pode ser substituída por

- A) Sarney afirmou que ela torna o Brasil ingovernável.
- B) Sarney afirmou que ela tornará o Brasil ingovernável.
- C) Sarney afirmou que ela tornara o Brasil ingovernável.
- D) Sarney afirmou que ela tornaria o Brasil ingovernável.

Questão 8

Assinale a alternativa em que **NÃO** se admite a correspondência entre o termo destacado e a expressão entre colchetes.

- A) “A Constituição de 88 deu ao Executivo a dádiva das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto. [ATOS EXCEPCIONALÍSSIMOS]
- B) “A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação. Isso é típico delas.” [DAS FORÇAS POLÍTICAS DOMINANTES]
- C) Às vésperas da promulgação da Carta, José Sarney, ecoando o que lhe informara seu ministro do Planejamento, fez um sombrio diagnóstico sobre a nova Carta [...] [A JOSÉ SARNEY]
- D) “Elas são códigos de normas que pretendem regular a distribuição dos poderes [...]” [CÓDIGOS DE NORMAS]

Questão 9

“Em 1988, a tentativa constitucional parecia mais propensa a durar, até porque ela refletia os anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, portanto, robusto e saudável.”

Considerando o período destacado acima, assinale a alternativa em que a redação proposta **NÃO** preserva o sentido do texto.

- A) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Logo seu DNA era robusto e saudável.
- B) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais, pois seu DNA era robusto e saudável.
- C) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, assim, robusto e saudável.
- D) [...] anseios de uma sociedade cansada de sustos institucionais. Seu DNA era, pois, robusto e saudável.

Questão 10

Ainda que provoque alguma alteração no sentido, a substituição do termo sublinhado pela forma verbal entre colchetes **NÃO** acarreta erro de concordância em

- A) “A Constituição de 88 deu ao Executivo a dívida das medidas provisórias, um instrumento de regimes parlamentaristas para atos excepcionalíssimos, que, no Brasil, se tornou um meio de legislar sobre qualquer assunto.” [SE TORNARAM]
- B) “Àquela altura, a prática das democracias mais prósperas e estáveis mostrava que o racional seria produzir um orçamento e uma metodologia de repasses menos dependentes do grão-senhor, o Executivo.” [MOSTRAVAM]
- C) “Não faltaram momentos críticos para pôr à prova o modelo de resistência do DNA democrático da Carta de 88.” [FALTOU]
- D) “[...] seja recentemente no escândalo do mensalão, no governo Lula, não se cogitou recorrer a ações que agredissem o arcabouço democrático. Tudo foi resolvido dentro dos preceitos legais.” [COGITARAM]

Questão 11

“A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens.” (linhas 4-5)

Assinale a forma ativa correspondente ao período acima.

- A) Pessoas de todas as origens compõem a Constituinte.
- B) Pessoas de todas as origens comporiam a Constituinte.
- C) Pessoas de todas as origens compunham a Constituinte.
- D) Pessoas de todas as origens compuseram a Constituinte.

Questão 12

“Vista por esse prisma, a Carta deixou claro quanto ainda existe de dissenso na vida pública brasileira.” (linhas 10-11)

Assinale a redação que **NÃO** contém erro gramatical.

- A) Vista por esse prisma, a Constituição deixou claro que existem bastantes pontos de dissenso na vida pública brasileira.
- B) Vistas por esse prisma, as disposições constitucionais deixaram claro os traços da existência de dissenso na vida pública brasileira.
- C) Visto por esse prisma, o texto constitucional deixou claro o quão repleto de dissenso é a vida pública brasileira.
- D) Vistos por este prisma, os dispositivos do texto constitucional deixaram claras as evidências de como se fez presentes na vida pública brasileira o dissenso.

Questão 13

“Era o sinal de que, depois de 21 anos de ditadura militar, o país havia cumprido a transição democrática.” (linhas 13-14)

A alternativa que contém uma forma verbal correspondente, em tempo e modo, à estrutura sublinhada é

- A) cumpria.
- B) cumprira.
- C) cumpriria.
- D) cumpriu.

Questão 14

De acordo com o Decreto n. 6.583, publicado no “Diário da União” de 30/09/2008, “não se acentuam graficamente os ditongos da sílaba tônica das palavras paroxítonas”.

Nos termos da mesma publicação, “o Acordo, que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009, obedecerá a um período de transição até 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica em vigor e a nova norma estabelecida.”

Assinale a alternativa que contém um vocábulo em que o acento gráfico — ainda obrigatório — se justifica pela regra do ditongo mencionada na transcrição acima.

- A) Assembléia.
- B) País
- C) Período
- D) Pôr

Questão 15

A alternativa em que a nova redação preserva o sentido e a correção gramatical é

- A) “A Assembléia Constituinte era composta de pessoas de todas as origens. Eram banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros. Todos queriam estar representados. Queriam, a seu modo, melhorar o Brasil” [...] Pessoas de todas as origens compunham a Assembléia Constituinte: banqueiros, operários, ex-cassados, ex-guerrilheiros, que queriam, todos estarem representados e, a seu modo, melhorar o Brasil. [...]
- B) “A Constituição que agora completa vinte anos refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil quando de sua promulgação.” Na ocasião de sua promulgação, a Constituição — que agora completa vinte anos — refletiu o arranjo das forças políticas dominantes no Brasil.
- C) “Constituições não materializam consensos perfeitos, mas os acordos possíveis e, como a história, são escritas pelos vencedores.” Como a história, as constituições são escritas pelos vencedores, haja vista que não só materializam os acordos possíveis como também os consensos perfeitos.
- D) “Os constituintes queriam assegurar que os abusos da ditadura, como a censura e a perseguição política, não se repetissem. Naquele momento, a maneira mais apropriada de fazer isso parecia ser encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição”. Encravar minuciosamente todos os direitos na Constituição parecia, naquele momento, serem a maneira mais apropriada dos constituintes assegurarem que não se repetisse os abusos da ditadura como a censura e a perseguição política.

Conhecimentos Específicos

Questão 16

Existe uma diversidade de impactos que justificam a crise ambiental planetária, incluindo-se a disposição inadequada de resíduos sólidos no solo.

Em Minas Gerais, existem “lixões” em operação em mais de 50% dos municípios, com emergência de cumprimento das Deliberações Normativas COPAM visando evitar:

- I. o aumento da proliferação dos vetores de doenças;
- II. a redução da vida útil do processo em operação;
- III. a contaminação das águas superficiais, subterrâneas e do solo;
- IV. a geração de gases que contribuem para a destruição da camada de ozônio.

Completam **corretamente** o enunciado apenas os itens

- A) I, III e IV.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.

Questão 17

A Agenda 21 reúne, em 40 capítulos, um conjunto amplo de premissas e recomendações para orientar um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI em favor de modelos em sinergia com a sustentabilidade ambiental, social, econômica e político-institucional.

É **INCORRETO** afirmar que a Agenda 21 é um

- A) processo de planejamento participativo para orientar o futuro de forma sustentável.
- B) compartilhamento de responsabilidades e decisões da sociedade e governos.
- C) plano de governo com metas e recursos definidos para aplicação em desenvolvimento urbano.
- D) plano de ações sustentáveis da sociedade e governos para ser adotado global, nacional e localmente.

Questão 18

O Protocolo de Quioto é um tratado internacional que consiste em um plano concreto de metas para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa.

Em relação ao Protocolo de Quioto, é **INCORRETO** afirmar que ele é um tratado com

- A) participação voluntária aprovada por cada parte envolvida.
- B) plano de metas definido em conjunto pela maioria dos países.
- C) políticas de implementação do aumento da eficiência energética.
- D) compromisso de manutenção de santuários ecológicos em vários países.

Questão 19

Os gases que provocam o efeito estufa e contribuem para o aquecimento global do planeta, cujas emissões devem ser reduzidas conforme determina o protocolo de Quioto, são gerados também em aterros sanitários ou controlados e em lixões.

Nesses locais encontram-se em maiores quantidades os seguintes gases:

- I. Metano (CH_4);
- II. Óxido nitroso (N_2O);
- III. Dióxido de Carbono (CO_2);
- IV. Hexafluoreto de enxofre (SF_6).

Completam **corretamente** o enunciado apenas os itens

- A) I, III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) II, III e IV.

Questão 20

Créditos de carbono ou Redução Certificada de Emissões (RCE) são certificados emitidos quando ocorre a redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) a partir da implantação de tecnologias mais limpas. Esses créditos podem ser negociados no mercado internacional pelos países em desenvolvimento para auxiliar os países industrializados que dispõem de cotas de redução de emissões desses gases.

São atividades típicas desses projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, **EXCETO**

- A) disposição de resíduos sólidos no solo.
- B) regularização urbanística e fundiária dos terrenos.
- C) cultivo de arroz.
- D) tratamento de esgoto.

Questão 21

Em Minas Gerais, a institucionalização da coleta seletiva de resíduos recicláveis determina que essas atividades integrarão iniciativas voltadas para a educação ambiental na rede pública de ensino.

Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Estado devem promover, **EXCETO**

- A) a implantação da coleta seletiva de resíduos recicláveis na rede pública de ensino, sob orientação do colegiado escolar.
- B) a doação do material coletado para associações ou cooperativas de catadores de recicláveis.
- C) a doação do lucro da venda do material coletado para os servidores do órgão ou entidade.
- D) a comercialização do material coletado, revertendo a receita da venda em benefício da caixa escolar.

Questão 22

As Conferências Ambientais da ONU estabeleceram alguns princípios universais, como o princípio da precaução, o da participação, o do desenvolvimento sustentável e o do poluidor pagador.

É **CORRETO** afirmar que o princípio da precaução é aquele que

- A) impõe a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados.
- B) prevê a utilização dos recursos naturais para a satisfação das necessidades atuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.
- C) requer a redução da extensão, da frequência ou da incerteza do dano.
- D) assegura o acesso a informações relativas ao meio ambiente, disponíveis pelo poder público, e a oportunidade de opinar nos processos decisórios.

Questão 23

Os comitês de bacias hidrográficas são colegiados deliberativos instituídos por Lei no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. São considerados a base da gestão participativa e integrada da água e podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos Estados.

Na definição da composição desses comitês **NÃO** se incluem representantes

- A) da sociedade civil.
- B) de usuários de água.
- C) do Poder Público Executivo.
- D) do Poder Público Legislativo.

Questão 24

Considere que desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

Nesses termos, analise as seguintes condições entendidas como metas de desenvolvimento sustentável e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Redução do uso de matérias-primas e produtos e aumento da reutilização e da reciclagem.
- B) Busca da conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.
- C) Discussão dos paradigmas do desenvolvimento e consumo no uso de recursos naturais.
- D) Busca da conciliação do crescimento econômico com as tecnologias disponíveis.

Questão 25

Entende-se por poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam gerar as seguintes situações, **EXCETO**

- A) criar condições adversas às atividades sociais e econômicas.
- B) evitar danos significativos aos acervos histórico, cultural e paisagístico.
- C) prejudicar a saúde ou o bem-estar da população.
- D) ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural.

Questão 26

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um compromisso firmado entre partes, destinado a adaptar a conduta dos interessados às exigências legais, mediado pelo Ministério Público, com sanções ao não cumprimento do estabelecido entre as partes.

É **INCORRETO** afirmar que cabe ao Ministério Público

- A) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, custas processuais.
- B) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.
- C) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- D) promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente.

Questão 27

Auditoria ambiental é a realização de avaliações e estudos específicos em empresas ou atividades de elevado potencial poluidor.

Entre as empresas e atividades de elevado potencial poluidor que são obrigadas a realizar auditorias ambientais periódicas, com intervalo máximo de dois anos, **NÃO** se pode(m) incluir

- A) refinaria, oleoduto e terminal de petróleo e seus derivados.
- B) instalação destinada à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas.
- C) instalação de disposição final de resíduos sólidos domiciliares.
- D) instalação de tratamento e a disposição final de esgotos domésticos.

Questão 28

O responsável pelo correto gerenciamento de todos os resíduos de serviços de saúde é

- A) o órgão municipal de limpeza urbana.
- B) o gerador de resíduos de serviços de saúde.
- C) o órgão municipal de vigilância sanitária.
- D) a empresa de prestação de serviços de limpeza urbana.

Questão 29

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

Está classificado em Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável com os seguintes objetivos, **EXCETO**

- A) promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais.
- B) preservar a exploração de recursos minerais.
- C) valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica.
- D) proteger as espécies ameaçadas de extinção nos âmbitos regional e nacional.

Questão 30

Considerando-se que todos têm direito à educação ambiental como parte do processo educativo mais amplo, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, cabe ao Poder Público, **EXCETO**

- A) definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental.
- B) promover o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.
- C) promover programas de capacitação dos trabalhadores visando as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.
- D) promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Questão 31

Para assegurar a todos o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabe ao Poder Público

- A) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- B) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- C) promover a educação ambiental no nível de ensino fundamental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- D) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

Questão 32

Conforme a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, os terrenos resultantes de aterros sanitários serão destinados

- A) à expansão do parcelamento do solo.
- B) aos parques ou áreas verdes.
- C) à habitação de população de baixa renda.
- D) às edificações de uso não residencial.

Questão 33

A biodiversidade é ameaçada pelos seguintes fatores, **EXCETO**

- A) caça predatória e ilegal.
- B) monoculturas na agroindústria.
- C) policultura nos reflorestamentos.
- D) poluição do solo, água e atmosfera.

Questão 34

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

O órgão executor do SISNAMA é o

- A) Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA.
- B) Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
- C) Ministério do Meio Ambiente - MMA.
- D) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Questão 35

O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos visa, **EXCETO**

- A) incentivar a racionalização do uso da água.
- B) obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.
- C) reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor.
- D) efetuar pagamento de despesas de custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Questão 36

Em Minas Gerais, foram criadas as Unidades Regionais Colegiadas (URCs) como unidades deliberativas e normativas, com as seguintes competências, **EXCETO**

- A) analisar e compatibilizar, no âmbito de sua atuação territorial, planos, projetos e atividades de proteção ambiental com a legislação aplicável.
- B) propor normas e padrões de proteção e conservação do meio ambiente, no âmbito de sua atuação, observada a legislação vigente.
- C) aplicar as penalidades previstas na Lei n. 7.772, de 1980, e em seu regulamento.
- D) propor políticas de conservação e preservação do meio ambiente, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Questão 37

Em Minas Gerais, terão legitimidade para interpor recurso sobre decisão relativa ao requerimento de licenciamento ambiental:

- I. o titular de direito atingido pela decisão, que for parte no processo;
- II. o terceiro cujos direitos e interesses forem afetados pela decisão;
- III. o representante de organização ou associação na Unidade Regional Colegiada;
- IV. o cidadão, a organização ou associação que represente os direitos e interesses coletivos ou difusos.

Completam **corretamente** o enunciado apenas os itens

- A) I, III e IV.
- B) I, II e IV.
- C) I e II.
- D) II e III.

Questão 38

O Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) de Belo Horizonte é o órgão colegiado ao qual se atribuem as seguintes competências, **EXCETO**

- A) formular as diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente.
- B) convocar e realizar audiências públicas.
- C) expedir Licenças Prévia (LP), Licenças de Implantação (LI), Licenças de Operação (LO).
- D) processar a arrecadação de multas de infrações ambientais.

Questão 39

São consideradas diretrizes do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, **EXCETO**

- A) garantir maiores índices de impermeabilização do solo em áreas públicas e particulares.
- B) promover a estabilização de encostas que apresentem riscos de deslizamento.
- C) exigir das empresas mineradoras a recuperação das áreas degradadas.
- D) recuperar e manter as áreas verdes, criando novos parques e praças.

Questão 40

Conforme o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte, é obrigatório o plantio de árvores nos passeios públicos do Município, respeitada a faixa reservada ao trânsito de pedestre.

Considerando outras disposições desse Código, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () É permitida a pintura ou a caiação de árvores em logradouro público.
- () É proibida a utilização da arborização pública para a colocação de cartazes e anúncios.
- () É permitida a utilização da arborização pública para a decoração natalina de iniciativa do Executivo.
- () É proibida a poda e supressão de árvores localizadas em logradouro público sem autorização ou delegação do Executivo.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (V) (F) (V)
- B) (V) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (F) (F)
- D) (F) (V) (V) (V)

Noções de Direito Público

Questão 41

Analise as seguintes afirmativas sobre a fundação instituída pelo poder público e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () A dotação patrimonial terá que ser inteiramente do poder público.
- () A sua natureza fundacional retira-lhe a possibilidade de auto-administração.
- () A forma de extinção das fundações governamentais é apenas por lei e, não, pelas disposições do Código Civil.
- () Terão imunidade tributária, quanto ao imposto sobre patrimônio, a renda ou serviços vinculados a suas finalidades essenciais.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (V) (F) (F)
- B) (F) (F) (V) (V)
- C) (V) (F) (V) (V)
- D) (V) (F) (V) (F)

Questão 42

O Controle da Administração Pública Indireta é exercido

- A) pela tutela e nos exatos limites estabelecidos em lei.
- B) pelo poder de autotutela que permitirá rever os atos ilegais e inoportunos.
- C) por um controle interno que permitirá a revisão de atos eivados de vícios.
- D) somente quando houver provocação dos administrados.

Questão 43

Sobre o Serviço Público, é **CORRETO** afirmar que

- A) a abrangência das atividades consideradas como serviço público são sempre as mesmas no tempo e no espaço.
- B) a gestão do serviço público é atribuição do Estado que poderá exercê-la de forma direta ou indireta.
- C) não poderá ser objeto de delegação pelo Poder Público em razão da supremacia do interesse público.
- D) será possível a distinção de caráter pessoal para que se faça jus à prestação do serviço público.

Questão 44

“No contrato administrativo, existe uma oferta feita, em geral, por meio do edital de licitação, a toda coletividade; dentre os interessados que a aceitam e fazem a sua proposta (referente ao equilíbrio econômico do contrato), a Administração seleciona a que apresenta as condições mais convenientes para a celebração do ajuste. Forma-se, assim, a vontade contratual unitária (primeiro elemento)” (Di Pietro, 2006, p. 261).

Sobre o contrato administrativo, segundo as previsões legais da Lei n. 8.666/93 e explicadas por Maria Sylvia, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Devido ao princípio da indisponibilidade, jamais poderá ser considerado como um contrato de adesão.
- B) É defesa à Administração Pública a rescisão do contrato em razão da associação do contratado com outrem para sua consecução. Tal possibilidade será adstrita ao caso de se conter esta norma de forma expressa no edital de convocação.
- C) É obrigatório por lei que a Administração Pública exija garantia do contratado nos contratos de obras, serviços e compras. Estas poderão ser das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária e aval pessoal de pessoa de Direito Público.
- D) Ocorrendo a rescisão por motivo de interesse público, caso fortuito ou de força maior, a Administração Pública estará obrigada a ressarcir os prejuízos regularmente comprovados, a devolver a garantia e a pagar as prestações devidas até a data da rescisão.

Questão 45

Sobre o Servidor Público, conforme as disposições da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável, duas vezes, por igual período.
- B) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- C) A publicidade de ato, programa, projeto, obra, serviço e campanha de órgão público, por qualquer veículo de comunicação, somente pode ter caráter informativo, educativo ou de orientação social, e dela não constarão nome, cor ou imagem que caracterizem a promoção pessoal do servidor público.
- D) O servidor público será aposentado por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos.

Questão 46

O uso especial de bem patrimonial do Município por terceiro será objeto, na forma da lei, de concessão, permissão e autorização.

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, fazendo a relação da modalidade com o seu respectivo conceito, conforme descrito por Maria Sylvia Di Pietro em seu livro Direito Administrativo.

COLUNA I	COLUNA II
1. Concessão	() ato administrativo precário, unilateral, gratuito ou oneroso e discricionário pelo qual a Administração faculta a utilização privativa de bem público para fins de interesse público.
2. Permissão	() ato administrativo precário, unilateral e discricionário pelo qual a Administração consente que o particular utilize o bem público com exclusividade. É de caráter transitório.
3. Autorização	() contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa do bem público, para que o exerça conforme a sua destinação.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (1) (2) (3)
- B) (3) (2) (1)
- C) (2) (3) (1)
- D) (2) (1) (3)

Questão 47

Assinale a alternativa que apresenta **corretamente** os requisitos para o recebimento da proposição pelo Presidente da Câmara, conforme o Regimento da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

- A) Redação clara e na forma técnica que melhor convier ao proponente, desde que não seja de matéria prejudicada.
- B) Redação clara, forma técnica legislativa e de livre estilo, não podendo conter semelhança com outra proposição em trâmite.
- C) Redação clara, obedecendo ao estilo parlamentar e à técnica legislativa, não podendo constituir matéria prejudicada, mas permitida a repetição de matéria em tramitação.
- D) Redação clara com estilo parlamentar e técnica legislativa, vedada a identidade e/ou semelhança com matéria em tramitação e a que estiver prejudicada.

Questão 48

É de Competência privativa da Câmara Municipal, segundo a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, **EXCETO**

- A) processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e o Secretário Municipal, bem como ocupante de cargo de mesma hierarquia deste, nas infrações político-administrativas.
- B) suspender, no todo ou em parte, a execução de ato normativo municipal declarado, incidentalmente inconstitucional, por decisão definitiva do Tribunal de Justiça do Estado, quando a decisão de inconstitucionalidade for limitada ao texto da Constituição do Estado.
- C) promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do parcelamento, da ocupação e do uso do solo urbano.
- D) solicitar, pela maioria de seus membros, a intervenção do Estado.

Questão 49

Como informa Silva (2007, p. 476), “[...] a autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competências para o exercício e desenvolvimento de sua atividade normativa. Esta distribuição constitucional é ponto nuclear da noção de Estado federal.”

Para a devida repartição das competências entre os entes federativos, é adotado pela Constituição da República, segundo o autor, o princípio da

- A) unificação da federação.
- B) predominância do interesse.
- C) viabilidade jurídica.
- D) hierarquização administrativa.

Questão 50

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, há expressa proibição de que o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, e os servidores e empregados públicos municipais não poderão firmar contrato com o Município.

A referida proibição subsistirá

- A) somente enquanto perdurarem as respectivas funções.
- B) mesmo depois de findas as respectivas funções e por um período de 02(dois) anos.
- C) mesmo que findas as funções, até que seja votada a próxima dotação orçamentária.
- D) até seis meses após findas as respectivas funções.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01 A B C D

02 A B C D

03 A B C D

04 A B C D

05 A B C D

06 A B C D

07 A B C D

08 A B C D

09 A B C D

10 A B C D

11 A B C D

12 A B C D

13 A B C D

14 A B C D

15 A B C D

16 A B C D

17 A B C D

18 A B C D

19 A B C D

20 A B C D

21 A B C D

22 A B C D

23 A B C D

24 A B C D

25 A B C D

26 A B C D

27 A B C D

28 A B C D

29 A B C D

30 A B C D

31 A B C D

32 A B C D

33 A B C D

34 A B C D

35 A B C D

36 A B C D

37 A B C D

38 A B C D

39 A B C D

40 A B C D

41 A B C D

42 A B C D

43 A B C D

44 A B C D

45 A B C D

46 A B C D

47 A B C D

48 A B C D

49 A B C D

50 A B C D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**